

A morfologia espacial do fazer morrer¹

César Simoni

*Professor do Departamento de Geografia da USP e
membro do Grupo de Teoria Urbana Crítica do
Instituto de Estudos Avançados da USP.*

Passados alguns meses do início da pandemia, é possível dizer que dois campos de interesse mobilizaram, com especial intensidade, a atenção de pesquisadores e críticos preocupados com os fenômenos pertinentes à escala urbana. Os eventos ligados à segregação socioespacial e ao governo das massas ganharam, assim, uma posição de relevo na reflexão crítica que se debruçou sobre os impactos da pandemia na reconfiguração social dos espaços urbanos.

Em meio aos debates e na busca de respostas, a segregação espacial ganhou destaque na explicação da natureza diferencial que o contágio e o número de mortes assumiram nas cartografias urbanas da Covid-19. Apesar de ser uma de suas formas de manifestação e de reprodução, a segregação socioespacial ganhou aí mais importância que o próprio enunciado da desigualdade social, frequentemente mobilizado de forma genérica e sem conteúdo. Isso se explica porque, além de atribuir materialidade e de fornecer alguns dos conteúdos à própria natureza desigual de nossa sociedade, deve-se levar em conta o fato de que as condições de propagação do vírus envolvem uma componente ambiental.

As limitações e a extensão de atendimento das redes de saneamento, a concentração da força de trabalho sem vínculos formais de emprego e, portanto, sem garantias de seguridade social básicas, o local de moradia de parcela da população que enfrenta o maior número de horas diárias no transporte coletivo e a relativamente reduzida presença de equipamentos de

¹ Este ensaio traz o conteúdo da apresentação feita no 1º webinar do ciclo de debates “Direito à cidade, direito à vida”, intitulado “Direito à vida e política de morte”, organizado pelo Grupo de Teoria Urbana Crítica do IEA-USP. Uma versão deste ensaio foi publicada Le Monde Diplomatique Brasil com o título “A geografia, o governo das massas e a curva da Covid-19” e pode ser acessada pelo link <https://diplomatiq.org.br/a-geografia-o-governo-das-massas-e-a-curva-da-covid-19/>

saúde, são alguns dos fatores que distinguem periferias na conformação de condições mais propícias à propagação do vírus e a sua maior letalidade.

Por outro lado, tanto a implementação de políticas restritivas à circulação, que criou o ambiente de legitimidade e suporte à produção e difusão de uma nova aparelhagem técnica de controle social, quanto a falta delas, estimularam um conjunto de análises atentas à emergência de novos arranjos no governo das massas; de um governo que não se esgota na definição formal do Estado e das políticas aí originadas, mas que frequentemente recorre a elas. As acomodações no âmbito de aplicação das políticas de controle da população, pois também regulam a sua disposição, o seu tamanho, os seus ritmos de crescimento e seus movimentos, daquilo, em suma, que foi reunido sob o rótulo da biopolítica, também angariaram interesse de uma parcela dos pesquisadores e críticos.

A declaração de um Estado de emergência, o avanço da violência policial, a escalada das técnicas de militarização e a difusão das novas tecnologias de controle social, como o monitoramento de *smartphones*, os aplicativos de acompanhamento clínico, as câmeras termográficas entre outros, não foram os únicos fatores a estimular esse campo de interesses. O sentido de uma verdadeira política de morte e a escolha, por meio dessa, de quem vive e de quem morre, ganharam novos contornos na conjuntura atual, ainda mais diante do corte de classe que, num primeiro momento, marcou o confinamento como métrica da distinção social e, posteriormente, atçou segmentos da elite e pequenos empresários numa investida pelo fim das medidas de isolamento físico. Esses parecem ter sido fenômenos mais importantes na mobilização da atenção em direção aos novos arranjos no campo da biopolítica.

Uma hipótese se anuncia, no entanto, quando se considera de forma articulada esses dois campos da análise social crítica, a saber, a segregação socioespacial e as técnicas de governo das massas. Michel Foucault, em seus cursos de 1975, notou que, em algum momento entre os séculos XVIII e XIX, teria havido a passagem de um Estado de tipo soberano a uma “nova forma de poder”. Nessa passagem, não somente uma orientação mais punitivista acolheria uma espécie de economia dos corpos e cederia lugar às técnicas disciplinatórias, como também o próprio Estado assumiria uma nova orientação para a regulação e o governo da população. É nesse momento que Foucault observa a passagem de um poder que “fazia morrer e deixava viver” para um poder que “faz viver enquanto deixa morrer”.

Essa mudança de orientação acompanha os ajustes na forma de coleta e captura do excedente social. Com a generalização da economia industrial e o crescimento das relações de assalariamento, a coleta do excedente em produto passa a ser substituída pela captura do

excedente em trabalho: um dos fundamentos da contabilidade capitalista, para a qual o vigor da força de trabalho é decisivo. A seu tempo Foucault ainda tinha diante de si uma sociedade definida pela inteligibilidade do cálculo da economia industrial, mesmo que ela já estivesse apresentando as suas primeiras fissuras.

Duas perguntas se interpõem, então, para a compreensão do presente: uma em relação ao impacto do neoliberalismo e do assim chamado capitalismo de cassino sobre as formas de exercício do poder; e outra sobre a clivagem social manifesta e sustentada pela segregação espacial. A primeira se justifica porque o neoliberalismo e o capitalismo de cassino estariam ligados à emergência de um excedente populacional relativo que se articula à eclosão das formas ultraprecarizadas do trabalho produtivo e do emprego no grande segmento dos serviços banais, mas que induz também o aparecimento de um contingente social dispensável e incompatível com a contabilidade do lucro. A segunda porque a segregação espacial, como elemento estruturante da clivagem social e da separação física dos corpos no espaço, tornou-se o meio e a condição do governo diferencial das massas.

As evidências da segregação como meio e recurso de operação do governo diferencial da população estão plasmadas nos registros da violência policial desde muito antes do extermínio causado pela gestão dos contágios e da propagação do Sars-Cov2, embora o seu aumento durante a vigência das medidas de distanciamento físico não seja desprovido de significado. Mas foi justamente o conhecimento e a manipulação dessa variável que permitiu, durante o avanço da epidemia, a aplicação de parâmetros distintos e simultâneos de gestão da vida e da morte, exercidos quase sem contaminação entre si, nas diferentes localidades de espaços urbanos formalmente contíguos.

Desse modo, um sistema duplo, que acolhe e presentifica formas diacrônicas de exercício do poder, parece estar sendo implantado por meio e a partir da segregação socioespacial urbana. Se o poder soberano “fazia morrer e deixava viver” e o poder disciplinar “faz viver enquanto deixa morrer”, o que se vê hoje é que, para uma parte da população, o poder de regulação “faz viver e deixa morrer”, mas para outra parte, o Estado “faz morrer enquanto deixa viver”.

Assim, se estamos diante de formas de exercício do poder distintas, postas em funcionamento simultaneamente, e a segregação espacial é o meio pelo qual a gestão da vida e da morte se viabiliza, é por que a morfologia urbana assumiu um papel estratégico relevante e se tornou um componente permanente do governo das massas. É a partir desse dispositivo de governo que se mata nas periferias e faz viver nas áreas nobres.

Esse ponto esclarece a profundidade e a amplitude da penetração das formas de governo nos mais diversos estratos sociais ocorrida durante a epidemia. Do lado de quem o governo faz viver e deixa morrer, a intensificação do trabalho e a extração do excedente não somente foram amplificadas como tomaram o lar e passaram a atravessar as relações afetivas no âmbito da família. O confinamento teve também a sua contraparte produtiva. Sabe-se que o progresso nas experimentações e no uso das novas plataformas de comunicação remota via internet, programado para ser concluído nos próximos 5 anos, foi feito nos primeiros 40 dias da pandemia. Sabe-se também que o tráfego de internet nestes mesmos 40 dias foi 2,5 vezes maior do que o registrado no mesmo período do ano passado. A fadiga e o estresse, as doenças do sono e de ansiedade também registraram alta. Isso significa que as formas de governo das massas são implacáveis e recobrem toda a sociedade: os governados estão em todos os cantos. Contudo, e esse é também um elemento ativo na intensificação do controle e da rentabilidade do trabalho, a classe média luta com todas as forças para não passar para o outro lado porque tem notícias do sentenciamento nas periferias. O morticínio ostentado pelas autoridades tem função no governo das massas para ambos os grupos.

Diante da emergência de um contingente dispensável, aos olhos do cálculo econômico, e da triagem social permitida pela fragmentação do espaço urbano, o gráfico, projetado para a conscientização sobre a necessidade das medidas sanitárias e de isolamento durante o avanço da pandemia, foi utilizado como plataforma de cálculos. Ele foi lido, por um segmento da classe política e por estratos da elite econômica, como um instrumento de projeção de custos, um artifício de contabilidade. A partir dessa projeção, o cálculo econômico da retomada das atividades tinha a contraparte do número de vidas. Optou-se, mesmo assim, pela retomada e o custo foi considerado baixo. Essa imagem figura os termos da combinação mais atual entre o “fazer viver e o deixar morrer e o fazer morrer e deixar viver”. Um cálculo macabro que expôs as periferias a novas técnicas de genocídio enquanto a segregação se esclarecia como uma forma silenciosa de matar.